



CIV – CAPACITAÇÃO, INCLUSÃO, VISIBILIDADE: A REALIDADE DOS ALUNOS COM AHSD (ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO) NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Elaine de Menezes Rocha Rosa¹
Elizabeth de Menezes Rocha²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar os conceitos teóricos de Joseph Renzulli que aborda a temática da identificação, reconhecimento e atendimento especializado a estudantes com Altas Habilidades/Superdotação – AHSD, com a concepção da teoria Triádica dos Três Anéis e também a análise de inteligência, através da teoria das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner. O problema desta pesquisa foi compreender porque o tema AHSD é um assunto ainda negligenciado pela estrutura educacional do Brasil, cuja relevância é indiscutível. O estudo se justifica por contribuir e atualizar profissionais e a sociedade brasileira a um atendimento adequado e urgente aos alunos diagnosticados ou em observação para um parecer pedagógico e/ou laudo médico. A metodologia deste trabalho foi uma abordagem qualitativa de cunho descritivo, bibliográfico, visando auxiliar no levantamento de questões relacionadas ao ambiente da sala de aula, a fim de tratar sobre a necessidade de metodologias, recursos e estratégias pedagógicas para a inclusão e visibilidade de alunos com AHSD. E, propor a inclusão social através das famílias, capacitação de professores, gestores educacionais e órgãos governamentais, com isso o termo CIV se completa: C de Capacitação, I de Inclusão e V de Visibilidade para alunos com AHSD. A parceria entre os atores envolvidos na busca por alternativas viáveis e mais apuradas de identificação, instrumentos mais amplos e precisos de diagnóstico, e programas de desenvolvimento e estimulação do potencial do alunado é determinante para que se possa estabelecer políticas que beneficiem a inclusão e dêem visibilidade a esses talentos em nosso país.

Palavras-chave: Altas Habilidades/Superdotação, AHSD, CIV: Capacitação, Inclusão e Visibilidade, Atendimento Educacional Especializado (AEE).

INTRODUÇÃO

A inteligência humana, a sua origem e a sua constituição, buscam esclarecer a natureza do conhecimento. O *corpus* do trabalho é AHSD – Altas Habilidades/Superdotação, com isso

¹ Pós-Graduada em Direito Educacional da Uniara-SP, Psicopedagoga pela Oswaldo Cruz, Especialização em Psicologia e Altas Habilidades/Superdotação pela Uniara-SP. Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Administração e Supervisão Escolar pela Universidade Paulista e Habilitação em Orientação Educacional pela Campos Sales. Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela FIAM/FAAM. É professora, com experiência de 30 anos na área de Educação, Alfabetização, Educação Especial e Inclusiva. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9850089852346849>, elainerocha7378@gmail.com

² Doutora e Mestre em Comunicação pela Universidade Paulista, Publicitária (FAAP), especialização em marketing: USP-FEA/FIA e ESPM. É professora de cursos de pós-graduação e graduação desde 2002 nas modalidades presencial, híbrido e on-line. Autora do Livro Megaeventos Made in Bra\$il na sociedade do espetáculo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3298215095473798>, elizabeth_rocha@uol.com.br



tornou-se indispensável efetuar estudo sobre o tema, seus termos, origem, características e cenário ao qual estão inseridos os alunos diagnosticados ou em observação. Os objetivos são: levantar questões relacionadas ao ambiente da sala de aula, a fim de tratar sobre a necessidade de inclusão e visibilidade de alunos com AHSD; mostrar a importância pedagógica e social dos alunos diagnosticados com AHSD e sua contextualização social e cultural; demonstrar que alunos identificados educacionalmente com AHSD devem ser atendidos de forma adequada, para evitar o desperdício de talentos de crianças, jovens e adultos brasileiros.

O problema desta pesquisa foi entender porque o tema Altas Habilidades/Superdotação (AHSD) é negligenciado pela estrutura educacional, porém de muita importância, pois alunos com AHSD, exigem a quebra de mitos e rótulos, dando obrigatoriedade ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Muitos mitos permeiam este tema e por isso, precisam ser dissolvidos.

O estudo se justifica por atualizar e contribuir para a sociedade brasileira na gestão da educação com o atendimento adequado e urgente aos alunos diagnosticados com AHSD, a fim de auxiliar na identificação de alunos com Altas Habilidades/Superdotação através de fundamentos teóricos e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC); e mostrar a importância pedagógica dos alunos diagnosticados e sua contextualização cultural e social. Pois, estes merecem especial atenção de todos os envolvidos na área da educação e políticas públicas de formação e atendimento, principalmente de seus professores que devem buscar capacitação adequada juntamente com seus diretores, coordenadores e orientadores educacionais para a identificação, reconhecimento e atendimento especializado destes alunos.

METODOLOGIA

O estudo qualitativo, descritivo, do tipo documental, com alicerce teórico de autores como Howard Gardner e Joseph Renzulli através de pesquisa teórica/bibliográfica e de documentos com dados de entidades governamentais e associações de AHSD.

O procedimento metodológico adotado foi a contextualização conceitual com base na pesquisa documental, metodologia da pesquisa, realizada por meio de livros e artigos, dados governamentais (Ministério da Educação – MEC, Secretaria de Educação Especial) e de associações de AHSD (APAHSD, CONBRASD). A pesquisa usou como referencial teórico a concepção das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner (FERRARI, 2008) e o modelo oficial da Concepção do Modelo Triádico de Superdotação dos Três Anéis de Renzulli (VIRGOLIM, 2014).



Assim, foi possível estabelecer uma criteriosa análise com bases de dados distintas:

1. Análise da pesquisa teórica/bibliográfica;
2. Análise de documentos: dados de entidades governamentais, associações, institutos de pesquisa e demais dados divulgados que foram relevantes ao tema da pesquisa.

As expressões de busca utilizadas são: Altas Habilidades/Superdotação, AHSD, Capacitação, Inclusão e Visibilidade (CIV), Atendimento Educacional Especializado (AEE), pesquisadas nas bases de dados escolhidas e mencionadas anteriormente. O referencial teórico da pesquisa tem suas bases de dados em conceitos centrais, sendo que os autores mencionados são os mais relevantes para a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO

As inteligências muitas vezes são consideradas como propriedade individual. Howard Gardner insistiu que as inteligências devem ser empregadas para gerar resultados dentro de contextos culturais. As inteligências dos indivíduos são recursos a serem desenvolvidos para dar uma contribuição que beneficie não apenas o indivíduo, mas também uma comunidade ou sociedade a qual está inserido (FERRARI, 2008).

Para Gardner, cada indivíduo nasce com um vasto potencial de talentos ainda não moldado pela cultura e sociedade, o que só começa a ocorrer por volta dos 5 anos. A educação erra, ao não levar em conta os vários potenciais de cada um. Além disso, é comum que essas aptidões sejam sufocadas pelo hábito nivelador de grande parte das escolas. Preservá-las já seria um ganho ao aluno.

A Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner pode servir de subsídio para as práticas pedagógicas da escola de forma a proporcionar diversos estilos e estímulos de aprendizagem à criança, em que a maioria dos alunos possa apresentar maior desenvolvimento em vários domínios, evitando que o professor classifique a criança em apenas uma habilidade. No entanto, para que a escola estimule todas as inteligências dos alunos, é essencial que o sistema educacional elabore estratégias curriculares que incentivem professores e alunos a usarem múltiplos pontos de entrada para sustentar a aprendizagem.

Gardner propõe oito inteligências diferentes: a linguística; a lógico-matemática; a espacial; a corpo-cinestésica; a musical; a naturalista; a interpessoal; a intrapessoal. Em 1999, Gardner incluiu a inteligência espiritual, entendida como a preocupação com certos conteúdos



cósmicos e estados de consciência (VIRGOLIM, 2007). Para o estudioso, cada pessoa tem capacidade de possuir todas as inteligências, porém, o que diferencia um indivíduo do outro é o seu grau de envolvimento.

Joseph Renzulli define a superdotação como "os comportamentos que refletem uma interação entre os três agrupamentos básicos dos traços humanos: envolvimento com a tarefa; criatividade; e capacidade acima da média." A partir do resultado de suas pesquisas a respeito da avaliação de programas para superdotados e da observação das práticas educacionais surge o Modelo Triádico de Enriquecimento (VIRGOLIM, 2014).

As pessoas superdotadas e talentosas são aquelas que possuem e/ou são capazes de desenvolver este conjunto de traços e que os aplicam a qualquer área potencialmente valiosa do desenvolvimento humano. A intenção de Renzulli é transmitir a ideia de que o indivíduo superdotado não precisa manifestar todos os três anéis, mas por possuí-los potencialmente, seria capaz de, em algum momento, expressá-los. A Teoria dos Três Anéis significa uma quebra do paradigma que afirma a inteligência, baseando-se apenas em testes de QI.

O Modelo Triádico compreende: atividades exploratórias gerais; atividades de treinamento em grupo; e as investigações de problemas reais, realizadas individualmente ou em pequenos grupos. Ele defende o equilíbrio entre métodos dedutivos e indutivos para aprendizagem de pessoas com AHSD. Neste enriquecimento os alunos são estimulados a investigarem problemas reais utilizando métodos de investigação científicos que exigem de suas habilidades, produzem conhecimento novo propondo a solução destes problemas ou favorecem a apresentação de um produto ou serviço. (VIRGOLIM, 2014).

O Modelo Triádico de Enriquecimento, propõe que instituições de ensino identifiquem talentos e os desenvolva. Defende programas de atividade extracurricular que garantam a oportunidade, recursos e encorajem os estudantes para uma produção autônoma, criativa e de relevância tanto para o indivíduo quanto para a sociedade (VIRGOLIM, 2014).

2. CENÁRIO DAS AHSD NO BRASIL

A Política Nacional de Educação Especial identifica como portadores de Altas Habilidades/Superdotados, alunos com desempenho e elevada potencialidade nos aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora (PÉREZ, 2014).



Em relação ao cenário brasileiro, o tema Altas Habilidades/Superdotação é um tema negligenciado pela estrutura educacional do Brasil, porém de muita importância, pois alunos com Altas Habilidades/Superdotação, exigem a quebra de mitos e rótulos, dando obrigatoriedade ao atendimento especializado. Muitos mitos permeiam este tema e por isso, precisam ser dissolvidos (ANTIPOFF, 2010).

O termo Altas Habilidades surgiu pela primeira vez no Brasil, no texto da Política Nacional de Educação Especial publicado pelo Ministério da Educação (MEC), em 1994. A apresentação do termo mostrou o esforço dos especialistas em Educação Especial em desmistificar o superdotado e atribuir a estes indivíduos algumas características muito desenvolvidas, por exemplo: senso de humor, ética e justiça, leitura precoce, interesses diferentes de seus pares, preferência por trabalharem ou estudarem sozinhas, e outros (MAIA, 2016).

Considerando cada aluno como ser único, especial, dotado de características próprias de personalidade, direito de ser diferente e de ter suas necessidades especiais reconhecidas e atendidas pela sociedade. A busca da identificação e posteriormente de atendimento aos alto-habilidosos/superdotados, possibilita caminhos e alternativas na busca do atendimento especializado no qual eles tem direito, conforme a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996).

Viver a realidade e executar o que é possível para atender da melhor maneira os alunos com AHSD, envolve infraestrutura, a hierarquia do poder público e político, juntamente com a instituição de ensino para a aplicação e atualização de um cadastramento (CENSO) para identificação destes alunos e posterior elaboração dos planos e programas curriculares para atendimento e participação efetiva destes alunos (FREITAS, 2010).

A promulgação da Lei de 31 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, veio estabelecer definitivamente a obrigatoriedade de cadastramento das pessoas com Altas Habilidades/Superdotação nos níveis de ensino Fundamental, Médio e Superior, seja nas instituições de ensino público ou privado.

Atualmente, o papel da Educação Especial, assume uma maior importância com a perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e busca incessante de democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso a informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania.



3. CAPACITAÇÃO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da Educação Especial para atender aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais durante sua vida escolar. Os alunos com necessidades especiais precisam de atendimento especializado. Os alunos com deficiência física, intelectual, visual, auditiva, múltiplas, Transtornos do Espectro Autista (TEA), Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) e também alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AHSD) são público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (MEC, 2007).

Todo aluno no Brasil, matriculado e cadastrado de acordo com a Lei nº 13.234 de 29 de Dezembro de 2015 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) desde a educação infantil até a educação superior, tem direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e esse atendimento pode ocorrer no contraturno da escola comum/regular que o aluno possui matrícula, com o propósito de eliminar as barreiras para sua plena participação e efetiva aprendizagem. O que muitos desconhecem é que não é o professor da escola regular que precisa ser especialista na necessidade educacional especial do aluno.

Um professor de sala de aula comum que possui um aluno com necessidades educacionais especiais tem o direito por lei a um suporte e assessoria pedagógica para trabalhar com este aluno e garantir o seu Atendimento Educacional Especializado, pois o AEE precisa prover condições de acesso, participação e aprendizagem desse aluno no ensino regular. A lei diz que a oferta de educação especial (AEE) deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. Isso quer dizer que o ideal é que a escola comum tenha uma sala de recursos multifuncionais e uma equipe especialista para oferecer o atendimento educacional especializado dentro da escola (MEC, 1995).

O especialista (AEE) faz a mediação entre o aluno e o professor da sala de aula comum, permitindo uma troca de experiência que contribua nesse processo educacional e em todo o contexto escolar, bem como a inserção na sociedade. Seu objetivo é eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

Como profissional da área de educação, o(a) professor(a) busca diariamente na rotina pedagógica respostas para o ambiente da sala de aula onde possa acolher, estimular, valorizar e diversificar metodologias, recursos e estratégias pedagógicas para alunos de Inclusão, em observação ou identificados com AHSD.



Como mãe, há a “PERSISTÊNCIA” em buscar alternativas de visibilidade para alunos e familiares inseridos na Inclusão do século XXI, que necessitam de representatividade para serem reconhecidos, aceitos e atendidos de acordo com suas necessidades, afinal somos seres únicos, dotados de inteligência e necessidades especiais, também únicas.

A definição brasileira, apresentada na Política Nacional de Educação Especial de 1994 (MEC), define como portadores de AHSD os educandos com notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes; capacidade psicomotora.

A pergunta e talvez dúvida inicial de todo professor e pais de alunos com AHSD, é de como identificar e reconhecer se meu aluno(a) ou filho(a) apresenta características de enquadramento.

Crianças academicamente superdotadas, podem apresentar nos primeiros 5 anos de vida, algumas características que podem vir a serem percebidas por pais atentos ao seu desenvolvimento (WINNER, 1998): desenvolvimento físico precoce (sentar, engatinhar e caminhar antes do normal); maior tempo de atenção e vigilância, reconhecendo as pessoas que cuidam dela desde cedo; linguagem adquirida mais cedo, rapidamente progredindo para sentenças complexas, apresentando vasto vocabulário; aprendizagem rápida, com instrução mínima (pouca ajuda); curiosidade intelectual, com elaboração de perguntas em um nível mais avançado e persistência até alcançar a informação desejada; grande concentração quando estão interessadas em algo e persistência na busca de seus objetivos; interesses quase obsessivos em áreas específicas, a ponto de se tornarem especialistas nestes domínios; alto nível de energia, que pode levar à hiperatividade, quando são insuficientemente estimuladas.

Com relação às habilidades relacionadas à escola e aos fatores socioemocionais, algumas características podem ser percebidas por professores atentos e capacitados (WINNER, 1998): apresentam leitura precoce (por volta dos quatro anos ou antes); fascínio por números e relações numéricas; boa memória para informação verbal e/ou matemática; destaque em raciocínio lógico e abstrato; em decorrência de suas altas habilidades verbais, apresentam alto senso de humor; frequentemente brincam sozinhas e apreciam a solidão; preferência por amigos mais velhos, próximos a ela em idade mental; interesse por problemas filosóficos, morais, políticos e sociais; frequentemente apresentam disparidade entre as áreas intelectual, psicomotora e linguística, desenvolvendo-se mais rapidamente em uma do que em outra.



Sendo assim, é válido lembrar a necessidade de técnicas de identificação e de diagnóstico, programas de desenvolvimento e estimulação para estabelecer políticas de aproveitamento de talentos e competências em nosso país (VIRGOLIM, 1998).

4. COM A VISIBILIDADE O CIV SE COMPLETA

Outra pergunta essencial que deveria ser elaborada e respondida pela escola é de como contribuir para o aumento do número de alunos com AHSD indicados ou identificados para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

Os professores não são formados para proceder a identificação de tais alunos que permanecem na invisibilidade por não terem características ou traços físicos que os identifiquem simultaneamente. As evidências fenotípicas de deficiências genéticas como a Síndrome de *Down*, ou comportamentais, como o Transtorno do Espectro do Autismo parecem mais familiares aos professores do que as incongruências observadas em alunos entediados devido às práticas pedagógicas desatualizadas, assimétricas aos talentos e pensamento crítico evidenciados pelos alunos que também não apresentam alto desempenho escolar, por não serem valorizados e estimulados pelos seus professores. Enquanto alunos superdotados são mantidos invisíveis nas escolas, são negligenciados em relação às suas potencialidades e interesse pelo conhecimento, são deixados de lado pelo rótulo e/ou mito de andarem sozinhos, não precisando do olhar pedagógico do professor.

Professores bem formados no atendimento às necessidades dos alunos superdotados podem prevenir o *bullying* causado por sentimentos impróprios em relação a este alunado. Podem ajudar às famílias a entender melhor as crianças e os adolescentes de acordo com os perfis que cada um apresenta. Podem colaborar com a organização dos currículos de acordo com os interesses de cada aluno. Podem ajudar a encontrar especialistas nas áreas de interesse dos alunos precoces e autodidatas. Podem ajudar na construção do autoconhecimento de cada um, inclusive de si mesmo (DELOU, 2019).

Com a visibilidade o ciclo se enriquece e o termo CIV se completa: C de Capacitação, I de Inclusão e V de Visibilidade para alunos com AHSD. O envolvimento e parceria entre os atores envolvidos possibilitam a busca por alternativas viáveis e mais apuradas de identificação, instrumentos mais amplos e precisos de diagnóstico, e programas de desenvolvimento e estimulação do potencial do alunado é determinante para que se possa estabelecer políticas que beneficiem a inclusão e dêem visibilidade a esses talentos em nosso país.



O amparo legal para o alunado com AHSD está fundamentado e amparado pelos seguintes documentos: Internacionais - Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais (1994). Nacionais - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9394/96) – Artigos Nº 58 a 60 – 20/12/96; - Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais – 1998; - Plano Nacional de Educação – (Lei 10172/01) – 09/01/01; - Resolução Nº 2 do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica – 11/09/01; - Parecer Nº 17/01 do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica – 03/07/01; - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica do Ministério da Educação – 2002.

Portanto, é necessário em nosso país o olhar de todos os profissionais de Educação para o alunado de AHSD, com técnicas de identificação e posterior diagnósticos, programas ou núcleos de desenvolvimento e incentivo destes alunos a estimulação de seus potenciais.

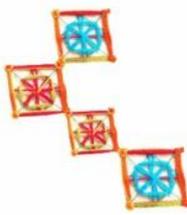
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do amparo legal, das diretrizes educacionais, a sociedade brasileira, governo, entidades representativas, escolas, famílias e os diferentes atores envolvidos (professores, coordenadores, diretores, gestores) precisam não somente tomar conhecimento do tema, das dificuldades enfrentadas, mas sobretudo possibilitar atendimento adequado e urgente aos alunos diagnosticados com AHSD, pois estes merecem especial atenção de todos os envolvidos na área da educação e políticas públicas de formação e atendimento (PÉREZ, 2014).

Especialmente os professores, devem se capacitar de maneira adequada juntamente com seus gestores educacionais para a identificação, reconhecimento e atendimento especializado destes alunos (FREITAS, 2010) através de fundamentos reconhecidos pelo MEC.

Mediante levantamento realizado no estudo, é notória a importância pedagógica e social dos alunos diagnosticados com AHSD que se identificados, reconhecidos e atendidos de forma adequada, terão seus talentos potencializados e contribuirão exponencialmente para o desenvolvimento da nação, possibilitando a inversão do quadro atual caótico, de desperdício e negligência de talentos.

O termo CIV: C de Capacitação, I de Inclusão e V de Visibilidade para alunos com AHSD, ganha notório espaço e justificativa diante do estudo, pois sua adesão capacita profissionais da educação, preparando-os para o atendimento deste alunado, inclui, oferecendo



oportunidades iguais de acesso a bens e serviços que por direito devem estar disponíveis e a perceptibilidade de potenciais humanos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO, APAHSD. Legislação pertinente. Disponível em: <<http://apahsd.org.br/legislacao-pertinente/>>. Acesso em 03/01/2020, às 21h12.

ANTIPOFF, Cecília A.; CAMPOS, Regina. H. F. Superdotação e seus mitos. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 301-309, 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n2/a12v14n2.pdf>>. Acesso em 19/02/2020, às 14h12.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/ superdotação e talentos. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32300>. Acesso em 15/02/2020, às 21h44.

DELOU, Cristina M. C. Ensaio autoral sobre a trajetória da educação dos superdotados no Brasil. Rio de Janeiro, 08/02/19.

FERRARI, Márcio. Howard Gardner, o cientista das inteligências múltiplas. S. Paulo, Revista Nova Escola Gestão Escolar, Ed.Abril, Out. 2008. 5p. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1462/howard-gardner-o-cientista-das-inteligencias-multiplas>> . Acesso em 27/11/19, às 18h15.

FREITAS, Soraia Napoleão; PÉREZ, Susana Graciela Pérez B. Altas habilidades/superdotação: atendimento especializado. Marília: ABPEE, 2010.

MAIA, Heber (organizador). Necessidades Educacionais Especiais. 2ª edição. Coleção Neuroeducação – volume 3. Wak Editora. Rio de Janeiro, 2016.

PÉREZ, S. G. B. Estado Do Conhecimento na Área de Altas Habilidades /Superdotação no Brasil: Uma Análise das últimas décadas. CONBRASD. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT15-5514--Int.pdf>>.Acesso:10/01/20,às 14h44.

PÉREZ, S. G. B.; FREITAS, S. N. Políticas públicas para as Altas Habilidades/ Superdotação: incluir ainda é preciso. Rev.Educação Especial,v.27,n.50,set./dez.2014. Disponível:<<https://periodicos.ufsm.br/index.php/educacaoespecial/article/view/14274>>.Acesso18/02/20,às 19h14

RENZULLI, J.S. A concepção de superdotação no modelo dos três anéis: um modelo de desenvolvimento para a produtividade criativa. In: VIRGOLIM, Angela M. Altas habilidades, inteligência e criatividade: uma visão multidisciplinar. Campinas (SP): Papirus, 2014.

Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação. [2. ed.] /coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 143 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashabilidades.pdf>>. Acesso em: 01/02/2020, às 10h18.

VIRGOLIM, Angela M. R. Altas habilidade/superdotação: encorajando potenciais. Brasília: Ministério da Educação, Secret. Educação Especial, 2007. Disponível: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004719.pdf>>. Acesso em 06/02/2020, às 14h08.

WINNER, E. Crianças Superdotadas. Trad. Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.